

Da violência contra si: a autodestruição por meio do suicídio no meio rural no Rio Grande do Sul/Brasil

Jussara Maria Rosa Mendes
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
jussaramaria.mendes@gmail.com

Rosangela Werlang
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
rosangelawerlang@gmail.com

Resumo:

Este texto trata da questão do suicídio no Rio Grande do Sul/Brasil, considerando o contexto do avanço do capitalismo no campo. Este avanço tem propiciado novos modos e estilos de vida que, por seu turno, tem favorecido a algumas sociopatologias, dentre estas, a autodestruição por meio do suicídio. Das violências a que estamos expostos todos os dias, a violência contra si é uma das mais graves, vez que denuncia a sociedade deletéria em que se vive, assim como seus pontos de desagregação. Neste sentido, aponta a investida do capital para que se consolide o fim da pequena agricultura tradicional, seja por meio da articulação com a indústria e seus métodos perversos de gestão, seja por meio da pluriatividade, expressão contemporânea da flexibilização e, ademais, da precarização do trabalho no meio rural.

Palavras-chave: Suicídio; Autodestruição; Meio rural

Abstract:

This paper deals with the issue of suicide in Rio Grande do Sul/Brazil, considering the advance of capitalism in rural areas. This kind of progress has brought new lifestyles that, in turn, has favored some social pathologies and, among these, the self-destruction through suicide. Among violences that we are exposed every day, the violence against ourselves is one of the most serious, since it reveals the deleterious society in which we live, as well as their point of breakdown. In this regard, the capital has invested to consolidate the end of the family farming, either through cooperation with the industry and its perverse management methods and through pluriactivity, contemporary expression of flexibility and, moreover, of precariousness of work in rural areas.

Key-words: Suicide; Self-destruction; Rural areas

INTRODUÇÃO

Tratar do tema do autoextermínio ou autodestruição através do suicídio é tratar do humano, da vida e de como esta vida vem sendo colocada em risco. A vida, em alguns espaços, tem sido duramente atacada. Todavia, a blindagem não nos permite reconhecer o que há nestas terras de ninguém, nestas zonas em que a morte chega de mansinho e vai levando um após outro. Morrem três pessoas ao dia por suicídio no Rio Grande do Sul. É possível pensar esta situação como dentro da normalidade? Dentro do esperado? A situação de normalidade e aceitação cotidiana, a falta de indignação ética não raras vezes impede que práticas violentas sejam questionadas e, ademais, que tais práticas continuem sendo tratadas como normais, regulares, dentro do padrão, do ‘sempre foi assim’ ou, então, banalizadas como bem afirma Arendt (1999), sendo incorporadas à vida cotidiana. De igual forma, esta questão faz recordar Butler (2005) quando questiona: o que é uma vida? O que faz com que uma vida conte como tal e outras não? Como algumas vidas são mais visíveis do que outras? O avanço capitalista no meio rural tem desenvolvido novas formas de vida e de morte que se expressam por meio de sociopatologias e, entre estas, encontra-se o suicídio. O rural, cada vez mais ‘desruralizado’, converte-se em espaço propício à instalação da morte em seus diferentes matizes. Este breve artigo carrega em seu cerne o horror à omissão, ao ‘deixar assim’, à complacência, à própria indolência tencionada cuja ação/não ação blinda as mortes por suicídio que se instalam nos espaços rurais, mas que estão também em todas as partes. Tais mortes desassossegam, perturbam e, assim, falar sobre esta questão aponta à visibilidade de alguns fenômenos que se escondem nas sombras

e que continuam nos enfrentando, medindo nossas almas, «fitando nossos olhos na sua dimensão mais profunda» (Couto, 2012: 85). Destarte, o estudo que ora se apresenta busca refletir sobre a alcance das transformações socioeconômicas, especialmente àquelas relacionadas ao trabalho no meio rural do Rio Grande do Sul/Brasil, na relação com as ações intencionais e violentas contra si, notadamente por meio do suicídio.

BREVES APONTAMENTOS SOBRE O SUICÍDIO

O suicídio se manifesta como um fenômeno inegável e profundamente significativo em todas as sociedades. Destarte, concebe-se o suicídio, que aqui neste artigo também se tratou como autoextermínio e/ou autodestruição, enquanto ação dependente de uma decisão racional, consciente, enquanto ato de vontade, com intenção e lucidez (Cavalcante - Minayo, 2004: 375). Porquanto, a intencionalidade da ação seria o elemento-chave e, ademais, tal ação articular-se-ia à questão envolvendo a violência, esta aqui concebida como o uso intencional da força ou mesmo do poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, terceiros, grupos ou comunidades e que pode ocasionar lesão, morte ou, ainda, danos psíquicos, alterações do desenvolvimento ou privações (OMS, 2002).

Neste sentido, «é um sintoma claro da luta entre as paixões do homem, sua base biológica e as forças sociais de seu entorno» (Chávez-Hernandes - Leenaars, 2010: 356). Como bem afirma Bastos (2009: 68), analisar os fatores presentes no ato suicida de forma isolada «seria tão inverossímil como defender que o ar que se respira continue a ser o ar caso separássemos o oxigênio da composição que alimenta os pulmões». O suicídio seria, assim, um acontecimento complexo que se dá entre a vida pessoal e a coletiva.

Na perspectiva da análise social surge a preocupação em mensurar como o sistema social influenciaria, efetivamente, a prática do suicídio. A análise do alcance social na determinação do suicídio inicia pela Sociologia e, em 1897, Émile Durkheim definirá o suicídio, analisando-o exaustivamente (Durkheim, 2000). O suicídio torna-se fenômeno social, diferentemente da análise empreendida nos períodos anteriores com foco apenas no indivíduo, ou seja, é expressão individual de uma crise que é, contudo, social.

Todavia, a relação desse fenômeno com a questão envolvendo o mundo do trabalho e suas especificidades, somente contemporaneamente tem sido estudada, notadamente a partir dos anos 90. É o caso dos estudos de Dejours e Bègue (2010), em obra dedicada à discussão acerca do suicídio em seu estreito vínculo com o trabalho. Apontam os autores que os suicídios no local de trabalho despontaram, em sua maioria, a partir dos anos 1990, inscrevendo-se em um quadro de sofrimento humano e de deterioração das relações de trabalho. De acordo com os referidos autores, os suicídios, sempre encobertos por um manto de silêncio, passaram, na França, a serem divulgados em espaços públicos, alertando para essa importante questão, com especial destaque àqueles realizados em «grandes empresas como Renault, Peugeot e Électricité de France» (Dejours - Bègue, 2010: 2). Na agricultura, os suicídios já haviam sido observados, identificando essa categoria socio-profissional como vulnerável e inspiradora de cuidados. Neste sentido, afirmam os autores supracitados que, em que pese às dificuldades estatísticas do problema do suicídio, «um único caso de suicídio no local de trabalho já seria gravíssimo, apontando a profunda degradação do conjunto do tecido humano e social do trabalho» (Dejours - Bègue, 2010: 15).

A relação entre suicídio e as transformações no trabalho é apontada também por Santos, Siqueira e Mendes (2010), ao discutir as tentativas de suicídio entre os bancários no contexto das relações produtivas contemporâneas. Para os autores, a análise do suicídio na contemporaneidade instiga cada vez mais o debate sobre a interveniência da organização do trabalho na decisão do trabalhador acerca do cometimento do suicídio. Isso implica dizer que as práticas administrativas, cada vez mais perversas, empregadas na organização contemporânea do trabalho, podem estar afetando a subjetividade do trabalhador fornecendo indícios cada vez mais intensos de que é preciso humanização nas relações de trabalho. O suicídio

constitui-se, neste sentido, em «grave e contundente denúncia do vivido no local de trabalho: competitividade, pressões, humilhações, ameaças e agressões, individualismo imposto, solidão, falta de companheirismo, medo e sofrimento solitário» (Barreto - Venco, 2011: 223). Para as autoras, o trabalho tanto estrutura quanto desestrutura os indivíduos e pode causar danos e agravos à saúde. Tais danos, não raras vezes, seriam irreversíveis, pois impõem sofrimento psíquico explicitado em «desespero, agonias, desesperança, queda de rendimento no trabalho, falta de liberdade, desprazer, sentimento de nulidade e inutilidade, ideações suicidas e posterior morte por suicídio» (Barreto - Venco, 2011: 229).

De acordo com Dias (1991) o suicídio seria, assim, multideterminado por fatores que somente podem ser apreendidos a partir do foco em um indivíduo que se encontra inserido no social, estabelecendo um intercâmbio. Desta forma entende-se que fatores psicológicos, biológicos, sociais, culturais e econômicos fazem do suicídio um fenômeno complexo e que tem sido a quarta causa de morte de pessoas entre 15 e 44 anos de idade ao redor do mundo e, ainda, estima-se que até o ano de 2020 cerca de um milhão e meio de pessoas cometerão o suicídio e que de 15 a 30 milhões de pessoas farão a tentativa (Brzozowski *et al.*, 2010). «No Brasil, a taxa média de suicídio varia de 4 a 6 óbitos por 100.000 habitantes. No entanto, no Rio Grande do Sul, a taxa anual é de 8 a 10 mortes por 100.000 habitantes» (Viana *et al.*, 2008: 40). Em 2014 a Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou dados do Relatório Global para a Prevenção do Suicídio, apontando que mais de 800 mil pessoas cometem o suicídio todos os anos no mundo e cerca de 75% dos casos estariam ocorrendo em países considerados como de baixa e média renda. O Brasil seria, de acordo com o referido Relatório, o oitavo país nas Américas em números de suicídios (OMS, 2014).

Assim, a violência auto infligida por meio do suicídio ocupa lugar de destaque nos problemas sociais que provocam impacto sobre a saúde pública no mundo e as taxas de suicídio atuam como indicadores para análise de mudanças sociais, principalmente àquelas desestabilizadoras e que repercutem em alguns indivíduos, fazendo-os desistirem da vida (Cavalcante - Minayo, 2004). A seguir, aborda-se a questão específica do Rio Grande do Sul, especialmente as transformações sociais e econômicas que se encontram em curso no estado.

AS TRANSFORMAÇÕES NO MEIO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL

Como já apontado e de acordo com as informações do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (MS) do Brasil, o Rio Grande do Sul é o Estado brasileiro que apresenta as taxas mais altas de mortalidade por suicídio, se comparado aos demais estados brasileiros (SIM/DATASUS, 2014). Tal posição permite pensar algumas condições específicas do Estado, especialmente aquelas que dizem respeito ao setor rural, notadamente o trabalho ali desenvolvido. Ademais, possibilita refletir sobre quão deletério pode ser o meio rural e propor algumas reflexões atinentes a este espaço de vida e trabalho na sua relação com as mortes ali engendradas. Assim sendo, a reflexão que aqui se propõe é a de que os suicídios seriam expressão de que o meio rural se encontra em processo de degradação, desencadeando, neste sentido, algumas sociopatologias e, dentre estas, encontrar-se-ia o suicídio. «As sociopatologias constituir-se-iam em manifestações de doenças mentais, depressão e suicídios, alavancadas por um modelo de desenvolvimento imposto ao meio rural» (Salmona, 1994: 87). Tal imposição é sutil e tem sido estimulada pelo desenvolvimento das telecomunicações e das demais tecnologias, novas indústrias e serviços auxiliares da produção que têm marcado suas presenças no campo. Assim, o campo passa a ser, hodiernamente, local não apenas de atividades essencialmente rurais, mas cresce em seu interior a pluriatividade, ou seja, atividades múltiplas que não são necessariamente aquelas vinculadas à agricultura ou à pecuária.

Ao se engajar em um trabalho fora de sua unidade de produção, mantendo-se vinculado à terra em regime de pluriatividade, a família toda sofre, vez que estão, de forma lenta e gradual, se despojando dos laços que os ligam à terra e aos meios de produção. «É uma expropriação lenta, inicialmente dos meios de produção, e,

mais tarde da expropriação completa com a venda da terra» (Machado - Casalinho, 2010: 72). Assim, pode-se dizer que a pluriatividade se constitui em uma forma de acentuação da exploração capitalista nos interstícios da vida rural, uma vez que faz parte de um conjunto de transformações em curso que apontam para a flexibilização e a precarização das relações de trabalho e para a reestruturação produtiva, cujos efeitos incluem o aumento da exploração do trabalho e a ampliação da margem de lucro por parte dos capitalistas (Alentejano, 1999). A pluriatividade pode, assim, ser definida como a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas no interior da propriedade rural. Isto posto, pode-se apontar que é a partir da década de 1970 que começa a ser observado um processo de diferenciação no campo atribuída às transformações tecnológicas e, também, às formas de reprodução da agricultura, especialmente a agricultura familiar, em algumas regiões do Estado do Rio Grande do Sul. Enquanto determinadas regiões se tecnificaram e se especializaram, outras, dedicadas à produção agrícola familiar, estagnaram e, de forma lenta, o sistema produtivo familiar colonial foi sendo desarticulado «pela emergência da *part-time farming* ou da pluriatividade» (Schneider, 2004: 72).

A sojicultora foi uma das formas através das quais se deu o processo de modernização no campo. Essa forma se tornou possível graças à ocupação de determinados nichos de mercado, no entanto, essa adesão à cultura da soja não foi homogênea. Outras estratégias de reprodução da agricultura também se desenvolveram, causando impactos. «A seletividade do processo de modernização da agricultura e as distorções sociais dela decorrentes alteraram, sobremaneira, o modo de vida das populações rurais» (Schneider, 2004: 86). As facilidades no transporte e mesmo a proximidade existente entre os pequenos agricultores e as indústrias que vão se instalando em locais mais distantes do urbano e mais próximos do rural permitiram a combinação do trabalho agrícola e não agrícola. Ou seja, o rural é também local de vínculo com a indústria, não apenas através da produção, que naturalmente tem sido entregue à indústria para fins de transformação, mas cada vez mais o pequeno agricultor, para conseguir viver, tem-se utilizado do expediente do trabalho fora da agricultura. Assim, o assalariamento constitui-se em uma estratégia às dificuldades enfrentadas pelos agricultores, visando a própria sobrevivência. Neste sentido, há a possibilidade de se obter ganhos fora da propriedade tomando possível viver e continuar vivendo na propriedade rural, plantando e consumindo os produtos básicos que a pequena agricultura torna possível. Deste modo, uma nova forma de garantir renda transformou a estrutura produtiva familiar de várias regiões do Estado e o conjunto dessas alterações transformou, por seu turno, a própria caracterização da agricultura familiar que, paulatinamente, assume traços de uma pluriatividade.

De acordo com Schneider (2003), dentre os fatores que podem estimular a pluriatividade podem ser destacados os seguintes: a própria modernização técnico-produtiva da agricultura, uma vez que, em razão do intenso processo de modernização tecnológica experimentado pelas atividades agropecuárias e a crescente externalização das etapas de produção, os processos de trabalho se tornaram mais individualizados, gerando redução significativa dos ativos rurais, ou seja, da própria mão de obra existente no núcleo das famílias. Outro fator seria a terceirização e o crescimento da prestação de serviços no meio rural. Neste sentido, encontravam-se em crescimento a subcontratação ou o aluguel de máquinas e equipamentos e, ainda, a contratação de serviços de terceiros para a execução de tarefas antes realizadas no interior da propriedade. Como terceiro fator importante e incentivador da pluriatividade, encontra-se a queda crescente das rendas provenientes da agropecuária. Uma vez inserida em padrões internacionais, os agricultores tendem a sofrer os efeitos da dependência tecnológica, implicando no aumento efetivo dos custos relativos à produção agrícola. De acordo com Schneider, os agricultores seriam compelidos a acompanhar de forma incessante os avanços dos índices de produtividade da terra e do trabalho, potencialmente, através do incremento do capital imobilizado, maquinários e benfeitorias e pelo aumento da utilização dos insumos industriais como os defensivos, combustíveis etc. O quarto fator apontado pelo autor relaciona-se às mudanças nos mercados de trabalho. Tais mudanças teriam sua origem no processo de descentralização das indústrias, como já referido, para espaços antes considerados estritamente rurais, resultando em impactos no que se

refere à geração de empregos. Como exemplo cita a região da Encosta Inferior e Superior da Serra do Nordeste do Rio Grande do Sul, onde houve processos de industrialização relativamente descentrados, pois as indústrias foram para essas regiões buscar vantagens relacionadas ao custo da força de trabalho, logística e outros. Em quinto lugar, no que condiz ao estímulo à pluriatividade, se podem evocar as políticas de desenvolvimento rural que têm estimulado o desenvolvimento de atividades não agrícolas no meio rural, tais como o turismo, as pequenas e médias indústrias, a preservação ambiental, entre outras. Essas políticas, que seriam mais comuns nos países desenvolvidos, teriam como objetivo buscar alternativas ao abandono em que se encontram algumas áreas rurais e também à redução dos impactos ambientais causados pelas formas intensivas de produção agrícola. Tais políticas visam, assim, gerar empregos, estimular a diversificação das rendas e oferecer alternativas econômicas aos pequenos agricultores, visando não o aumento da produção agrícola de maneira geral, mas que estes possam oxigenar as atividades com novas práticas não agrícolas às regiões pouco competitivas nesses termos. Assim, o exercício de atividades remuneradas fora da propriedade rural por membros da família passa a constituir-se em realidade, transformando a estrutura do espaço que sempre se denominou rural em função das atividades ali desenvolvidas: o trabalho com a terra e a criação de animais.

Schneider e Mattos (2006) buscaram, em estudo que aprofunda a questão relativa à pluriatividade no Rio Grande do Sul, compreender melhor a presença da pluriatividade na agricultura familiar gaúcha, através de sua ocorrência em distintas regiões do Estado. A pesquisa foi amostral aleatória e sistemática por comunidade rural, representando 11% das unidades agrícolas familiares em cada um dos municípios analisados. A escolha das regiões feita pelos autores se deveu ao fato de estas expressarem a diversidade das dinâmicas familiares presentes no Estado do Rio Grande do Sul. Assim, as regiões analisadas foram a Serra, o Sul do Rio Grande do Sul, as Missões e o Alto Uruguai. O estudo demonstrou que a pluriatividade encontra-se presente em cerca de 44% das famílias dos agricultores familiares nas quatro regiões do Estado analisadas. A predominância é, ainda, das famílias monoativas, ocupadas exclusivamente com a agricultura. Estas representam ainda 56% do total. De toda forma, esse achado é fundamental para que se vislumbrem as alterações que ocorrem nos interstícios da vida rural, vez que é um movimento que parece estar em plena ascensão. A região da Serra gaúcha mereceu destaque no estudo citado, pois nela quase 60% das famílias são pluriativas. Esse número varia de região para região, sendo a Serra a região com o índice mais alto de famílias pluriativas e é aí, também, o local onde se encontram boa parte dos municípios com altas taxas de mortalidade por suicídio do estado.

Há que se reconhecer que, efetivamente, o meio rural não é mais o mesmo. O rural não é mais necessariamente sinônimo de essencialmente agrícola. O rural tem servido, não raras vezes, apenas como local de moradia. Por vezes, as famílias compõem as atividades agrícolas com outras atividades não necessariamente relacionadas à produção de alimentos. O corte de lenha e os aviários seriam alguns exemplos. Estes últimos, por sua vez, destacam a articulação com a indústria: os pequenos agricultores estão se integrando cada vez mais a um sistema maior e a articulação com a indústria aponta para esta alteração. Esta é uma pequena visão, uma visão pela fissura deste novo mundo rural que desponta: a economia natural, pouco a pouco, vai sendo aniquilada. O camponês ou pequeno agricultor é quase uma figura em extinção.

Tais transformações podem causar impacto na vida das pessoas. Há que se pensar na entrada das atividades não rurais no meio rural, uma vez que a presença destas atividades altera a configuração deste espaço, altera, sob a égide capitalista, o ser e o fazer do agricultor. É desta transformação que fala Salmona (1994) quando se refere à clivagem da identidade. O pequeno agricultor torna-se um estrangeiro em seu mundo. E se ainda não o é, parece que o caminho será em breve. Além da clivagem ou da deterioração da identidade, há o incremento da carga física e psíquica relacionada ao trabalho realizado no meio rural, notadamente quando da articulação deste trabalho com a indústria que chega ao campo. O modo de fazer as coisas se altera. É a industrialização do campo, onde o processo de «desruralização» entra em cena, confirmando a profecia de Hervieu (1996: 32): «o rural não

será mais sinônimo de produção de alimentos, este slogan estaria morto». Assim, esta (des)integração está ocorrendo: as famílias se tornam pluriativas e a combinação entre o trabalho agrícola e o não agrícola no campo se torna lugar comum. É a contradição instalada: ao mesmo tempo em que se constituem em alternativas à geração de renda, as atividades não agrícolas solapam a identidade do agricultor, clivando-a, pauperizando sua cultura e sua técnica e, assim, algumas sociopatologias podem estar ganhando corpo, tal é o caso da questão do suicídio que foi trazido à reflexão.

O SUICÍDIO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: ALGUNS DADOS

Para fins deste estudo foi realizada coleta de dados sobre o suicídio junto ao Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (MS) do Brasil para todos os municípios (498) do Rio Grande do Sul. O Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) foi criado pelo Departamento de Informática do Sistema único de Saúde do Brasil (DATASUS) para a obtenção regular de dados sobre mortalidade no país. A partir da criação do SIM tornou-se possível a captação de dados sobre mortalidade, de forma abrangente, para subsidiar as diversas esferas de gestão na saúde pública. (DATASUS, 2012). O período de coleta foi de 2000 a 2012, último ano disponível no sistema para coleta para esta causa-morte. Foram coletados todos os casos da CID -10, Capítulo XX (X-60 a X-84). Na CID 10ª revisão (1997), o capítulo XX referente às Causas Externas de morbidade e mortalidade apresenta a seguinte classificação: Acidentes de transporte: V01 a V99; Lesões autoprovocadas intencionalmente: X60 a X84; Agressões: X85 a Y09; Intervenções legais e operações de guerra: Y35 e Y36.

Tais dados foram organizados em matriz específica, juntamente com informações sobre o tamanho da população total e da população urbana e rural dos municípios, de acordo com o censo de 2010 (último censo realizado no país), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011). Posteriormente, foram extraídas as taxas médias de mortalidade-suicídio (TMM-S) para tais períodos. A referida taxa foi calculada por meio da multiplicação da população geral pelo número de casos de suicídios e pela divisão por cem mil. Assim, observou-se que os municípios pequenos e com população rural significativa tendem ao aumento de suas taxas de suicídio se comparados aos municípios maiores, com população urbana também maior. Esse dado é importante para ilustrar o movimento que o fenômeno do suicídio tem tomado nestes últimos anos. Abaixo, segue tabela com os trinta municípios cujas TMM-S estão entre as mais altas do Estado:

Número	Município	População Urbana	População Rural	População Total	TMM-S
1	Sério	530	1.751	2.281	61,37
2	Cristal do Sul	931	1.895	2.826	46,00
3	Nova Boa Vista	578	1.382	1.960	45,91
4	Santo Antônio do Planalto	1.233	754	1.987	45,29
5	Poço das Antas	861	1.156	2.017	44,62
6	Sete de Setembro	494	1.632	2.126	42,33
7	André da Rocha	496	720	1.216	41,11
8	Campos Borges	2.006	1.488	3.494	40,06
9	Boa Vista do Sul	391	2.387	2.778	39,59
10	Campina das Missões	2.188	3.929	6.117	39,23
11	Sinimbu	1.437	8.630	10.067	35,76
12	Canudos do Vale	411	1.396	1.807	33,20

Tabela 1 – As maiores TMM-S no Estado do Rio Grande do Sul/100.000 (2000-2012)

13	Alecrim	2.165	4.880	7.045	32,64
14	Coqueiros do Sul	904	1.553	2.457	32,56
15	Forquethina	465	2.008	2.473	32,34
16	David Canabarro	1.912	2.771	4.683	32,03
17	São José do Herval	867	1.337	2.204	31,76
18	Lagoa dos Três Cantos	807	791	1.598	31,28
19	Linha Nova	416	1.208	1.624	30,78
20	Doutor Ricardo	693	1.337	2.030	29,55
21	Marques de Souza	1.545	2.523	4.068	29,49
22	Roca Sales	6.602	3.685	10.287	29,16
23	Agudo	6.894	9.835	16.729	28,69
24	Ponte Preta	512	1.238	1.750	28,57
25	Presidente Lucena	1.511	974	2.485	28,16
26	Herval	4.523	2.234	6.757	28,11
27	Tiradentes do Sul	2.098	4.363	6.461	27,85
28	Vale Verde	882	2.371	3.253	27,66
29	Dois Lajeados	1.563	1.717	3.280	27,43
30	Marcelino Ramos	2.722	2.412	5.134	27,26

Fonte: Construção das autoras a partir de dados do IBGE e DATASUS.

Dos trinta municípios acima dispostos, observa-se que em apenas sete deles a população rural não é maior do que a população urbana. Nos 23 municípios restantes, pode-se observar a presença da população rural como significativa na composição da população total. De toda sorte, são populações totais pequenas cuja variação encontra-se distribuída nas faixas de cerca de 1.200 habitantes até o máximo de cerca de 16.000. Tal observação é importante, uma vez que possibilita refletir sobre as condições presentes no meio rural e que podem impactar nas TMM-S.

Estado	População Urbana	População Rural	População Total	TMM-S
Rio Grande do Sul	9.102.241	1.593.291	10.695.532	10,078

Fonte: Construção das autoras a partir de dados do IBGE e DATASUS.

Tabela 2 – TMM-S média do Estado do Rio Grande do Sul/100.000 (2000-2012)

A tabela acima apresenta a média das taxas de mortalidade por suicídio no Estado, de 2000 a 2012. A TMM-S média é de 10,0/100.00 para 498 municípios analisados. Como já referido, as TMM-S crescem na mesma medida em que a população geral se reduz e, dentro desta, cresce o tamanho da população rural em detrimento da população urbana.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O modelo de desenvolvimento ou de modernização capitalista da agricultura imprimiu à agricultura familiar mudanças significativas, na medida em que um grande número de famílias de pequenos agricultores perdeu ou está em vias de perder o seu papel na produção agrícola. De outro lado, tem-se aqueles pequenos agricultores que se integraram aos complexos agroindustriais, aliando um patrimônio

imobilizado cada vez maior a menores níveis de organização de seu próprio processo produtivo. É neste sentido que se pode abordar a questão envolvendo o crescimento de um processo de proletarianização rural e, neste contexto, do desaparecimento do pequeno agricultor ou camponês. Essa questão da integração do pequeno agricultor à indústria ou à outras atividades diversas daquelas tidas como agrícolas pode ser relacionada ao processo de acumulação capitalista no campo: o pequeno produtor perde a função da produção de alimentos quando não inserido nesta articulação com a indústria ou, ainda, com outra atividade diversa da tradicional. Assim, pode-se dizer que ser pequeno agricultor ou agricultor familiar e viver desse trabalho não é uma tarefa fácil. As relações econômicas e sociais que estão sendo estabelecidas no campo encontram-se, sem sombra de dúvidas, submetidas às exigências do capital, porquanto, a emergência da pluriatividade, assim como a integração com a indústria, pode ser vista como uma forma de acentuação da exploração capitalista no campo e que flexibiliza e precariza as relações de trabalho visando a reestruturação produtiva: é preciso ampliar a margem de lucro e explorar cada vez mais o trabalho no mais longínquo dos espaços, seja este qual for. A pluriatividade constitui-se em espelho da exploração capitalista no campo, constituindo-se em expressão indelével dos tempos neoliberais. Estratégia do capital para continuar o seu processo de acumulação, abre fogo contra um espaço ótimo, um viveiro de mão de obra barata. Assim, a emergência da pluriatividade separa a produção da reprodução e aproxima a família, cada vez mais, de uma realidade de proletarianização cuja tendência seria a própria destruição enquanto unidade de trabalho e vida camponesa. Para além de se constituir em opção para o incremento da renda familiar, tal configuração é nociva no que condiz a tornar-se o trabalho agrícola apêndice do trabalho industrial ou, ainda, do trabalho não industrial precário e mal remunerado. Assim, mais do que mortes autoprovocadas, os suicídios nas áreas rurais do Rio Grande do Sul estão a denunciar uma degradação nos modos de vida daquela população. É um indicador importante da para que se possa pensar sobre a violência de alguns procedimentos econômicos, do alcance de tais procedimentos. Ademais, permite que se reflita sobre o trabalho ali realizado, as condições de desenvolvimento deste trabalho e que tem gerado sofrimento, afetando, sobremaneira, a saúde mental da população rural e produzindo morbidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, pode-se dizer que o avanço capitalista tem modificado, de forma indelével, o meio rural enquanto espaço de vida e de trabalho. Em tempos de trabalho precarizado e flexibilizado, crescem também no meio rural novas formas de vida e trabalho. Entre estas destacou-se a articulação do trabalho dos pequenos agricultores, ou da agricultura familiar de maneira geral, com a indústria. Esta tem sido uma estratégia de duplo viés: necessária enquanto meio de reprodução social, mas também pérfida, uma vez que ataca o pequeno agricultor na sua essência. Ademais, observou-se outra mutação significativa no trabalho desenvolvido no âmbito da pequena agricultura, via emergência da pluriatividade. Esta última também possui duplo viés. Mesmo podendo se constituir em estratégia de reprodução social frente a investida do capital no meio rural, traz em seu cerne sua contradição, vez que perverte a essência do trabalho do pequeno agricultor: o plantio da terra e a criação de animais para a sua sobrevivência e de sua família. Modifica-se, nesta contextura, o ser e o fazer deste trabalhador. Tal transformação não parece se dar sem custos, vez que a morte por meio do suicídio parece se constituir em elemento importante de análise do sofrimento que grassa neste espaço. Destarte, o desafio que se nos apresenta ao realizar esta breve reflexão é o de, primeiramente, compreender que o mundo rural, cada vez mais ‘desruralizado’ tem se tornado espaço precioso para que o capital amplie ainda mais as suas fronteiras e, do mesmo modo, que se encontra em curso uma investida severa contra a pequena agricultura familiar. Esta, por sua vez, ao entrar em processo de desmantelamento, pode estar conduzindo o pequeno agricultor a não mais se reconhecer em seu trabalho, gerando modos de vida distintos nocivos à saúde mental e, neste interim, podem também se ampliar as possibilidades da violência contra si, dos processos autodestrutivos, sinalizados pelas altas taxas de suicídios.

BIBLIOGRAFIA

- Alentejano, Paulo Ricardo (1999), «Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira?», in Tedesco, João Carlos (org.), *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*, Passo Fundo, Editora da UPF, pp. 148-173.
- Arendt, Hanna (1999), *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*, São Paulo, Companhia das Letras.
- Barreto, Margarida - Venco, Selma (2011), «Da violência ao suicídio no trabalho», in Barreto, Margarida - Bereheim Netto, Nilson - Pereira, Lourival Batista (2011), *Do assédio moral à morte de si: significados sociais do suicídio no trabalho*, São Paulo, Matsunaga, pp. 221-248.
- Bastos, Rogério Lustosa (2009), «Suicídios, psicologia e vínculos: uma leitura psicossocial», *Psicologia USP*, v. 20, pp. 60- 68.
- Brzozowski, Fernando *et al.* (2010), «Suicide time trends in Brazil from 1980 to 2005», *Cadernos de saúde pública*, n. 26, pp. 1293-1302.
- Butler, Judith (2005), *Giving an account of oneself*, New York, Fordham University Press.
- Cavalcante, Fátima Gonçalves. - Minayo, Maria Cecília (2004), «Organizadores psíquicos e suicídio: retratos de uma autópsia psicossocial», in Prado, Maria do Carmo Cintra do (org.), *O mosaico da violência*, São Paulo, Vetor, pp. 371-431.
- Chávez-Hernández, Ana Maria. - Leenaars, Antoon (2010), «Edwin Shneidman y la suicidología moderna», *Salud mental*, v. 33, 4, pp. 355-360.
- Couto, Mia (2012), *A confissão da leoa*, São Paulo, Companhia das Letras.
- Dejours, Christophe. - Bègue, Florence (2010), *Suicídio e trabalho: o que fazer?* Brasília, Paralelo 15.
- Dias, Maria Luiza (1991), «O suicida e suas mensagens de adeus», in Cassorla, Rubens (org.), *Do suicídio: estudos brasileiros*, Campinas, Papirus, pp. 54-89.
- Durkheim, Émile (2000), *O suicídio*, São Paulo, Martins Fontes.
- Hervieu, Bertrand (1996), «Los campos del futuro», *Série Estudios*, v. 118, Madrid, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, pp. 24-109.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2011), *Censo 2010*, <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares/default_resultados_preliminares.shtm> (acedido: 26.06.2011).
- Machado, Antônio Macile Botelho - Casalinho, Helvio Debli (2010), «Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária», *Revista Nera*, ano 13, n. 17, pp. 65-80.
- Ministério da Saúde do Brasil (2012), *Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS)*, <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=01>> (acedido: 14.04.2012).
- Organização Mundial da Saúde (OMS) (1997), *CID-10 - Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde*, 10a rev., voll. 1-2, São Paulo, Universidade de São Paulo.
- Salmona, Michele (1994), *Souffrances et résistances des paysans français: violences des politiques publiques de modernisation économique et culturelle*, Paris, Editions L'Harmattan.
- Santos, Marcelo, Augusto Fonazzi - Siqueira, Marcos Vinícius Soares - Mendes, Ana Magnólia (2010), «Tentativas de suicídio no contexto das reestruturações produtivas», *Revista de Administração Contemporânea*, v. 14, n. 5, pp. 925-938.
- Schneider, Sérgio (2003), «Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade», *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18, 51, pp. 99-122.
- Schneider, Sérgio (2004), *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- Schneider, Sérgio - Mattos, Ely José de (2006), «A Pluriatividade no Meio Rural Gaúcho: caracterização e desafios para o desenvolvimento rural sustentável», *Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável*, v. 2, n. 1/2, jan/ago, pp. 78-96.
- Viana, Greta Nazário *et al.* (2008), «Prevalência de suicídio no Sul do Brasil, 2001-2005», *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, v. 57, n. 1, pp. 38-43.

World Health Organization (WHO) (2002), *World Report on Violence and Health*, Geneva, World Health Organization.

World Health Organization (WHO) (2014), *Preventing suicide: a global imperative*, Geneva, World Health Organization.